



www.delfimsantos.org

Crítica de Delfim Santos ao Neopositivismo

José Luís Brandão da Luz (2002)

Introdução à Epistemologia - Conhecimento, Verdade e História, Lisboa: INCM, 2002, 182-194.

Nos estudos realizados em Portugal sobre o neopositivismo, destaca-se o que foi publicado pelo Prof. Delfim Santos, em 1938, com o título *Situação Valorativa do Positivismo*. Como explica na introdução, a obra constitui um «estudo crítico do positivismo», que procura submeter a discussão os seus pressupostos teóricos. Foi escrita entre finais de 1936 e princípios de 1937, na sequência duma estada de três anos, como bolseiro, em Viena e Cambridge, para estudo desta influente corrente filosófica.

Se excetuarmos os artigos que Abel Salazar fez publicar em grande número, em vários jornais e revistas portuguesas, entre 1935-1940, e a influência que alguns trabalhos, provenientes das áreas das matemáticas e da física, deixaram transparecer, de forma um tanto colateral, a obra de Delfim Santos foi o primeiro estudo de âmbito filosófico que se publicou em Portugal, com profundidade e largueza de pontos de vista inigualáveis. Seguiram-se depois trabalhos igualmente importantes neste domínio, pela exposição crítica a que submeteram a filosofia neopositivista, como entre outros a dissertação de licenciatura em Histórico-Filosóficas, apresentada por Vitorino Magalhães Godinho, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1940 com o título *Razão e História, Introdução a um Problema*; o livro com que Vasco Magalhães-Vilhena pretendeu apresentar-se a doutoramento na Universidade de Coimbra, *Unidade da Ciência. Introdução a um Problema*, publicado em 1941; o ensaio de Egídio Namorado, em 1945, intitulado *A Escola de Viena e Alguns Problemas do Conhecimento*, quando ainda era aluno finalista do curso de Físico-Química da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Os autores identificam-se em geral com as posições nucleares da escola de Viena, partilhando nomeadamente um certo sentimento antimetafísico, a necessidade imposta pelo desenvolvimento da ciência de redefinir, em novas bases, uma gama de noções a que a filosofia kantiana havia conferido um estatuto *a priori*, a operatividade da lógica, como linguagem unificadora das disciplinas científicas, ao mesmo tempo que formulavam críticas à



www.delfimsantos.org

ausência da dimensão histórica que o desenvolvimento da ciência impunha e era exigida pela orientação marxista que os inspirava.

O Prof. Delfim Santos, na penetrante análise que nos deixou sobre o positivismo vienense, sublinha a orientação antimetafísica desta escola e o seu projeto de clarificação da linguagem das diferentes disciplinas científicas. O neopositivismo propõe-se definir o sentido dos enunciados discursivos, mas não por meio da descodificação das palavras do discurso, as quais tomadas individualmente não nos dão o sentido da frase. Esta conceção fora propagada pelo convencionalismo, que atribuía aos nomes a faculdade de exprimirem o sentido da realidade. Por isso comparavam a ciência a um dicionário ou a um ficheiro, em que cada nome traduzia, por convenção, o significado de cada coisa.

A compreensão do mundo físico não se revela pela identificação dos elementos atômicos da sua composição, mas passa fundamentalmente pelo «*conhecimento do que lhes dá coesão, ordem, organização*».⁹¹ Da mesma forma, a informação que os elementos dum enunciado transmitem não consegue abranger o sentido que manifestam, o qual passa pela forma como eles se articulam e entram na constituição do discurso. Nem o universo é concebível como um amontoado de coisas, nem a ciência é traduzível num conjunto de nomes ou noções. Pelo contrário, é através dos enunciados discursivos que se poderá exprimir o conhecimento da realidade, ou seja, que é possível apresentar, num sistema coerente, «*a descrição de como as coisas na realidade se passam*».⁹²

O sentido dum enunciado depende da correspondente verificação que dele se pode efetuar, sem o que carece de objetividade e é por isso excluído da categoria dos enunciados científicos. Só a verificação poderá decidir o seu valor de verdade e destacá-lo dos restantes, que carecem de sentido. Todavia, estas noções cardinais do neopositivismo (sentido, verificação e verdade) não foram compreendidas da mesma maneira por todos os elementos do grupo. Se se compreende a verdade dum enunciado pela sua correspondência ou concordância com o facto ou o elemento protocolar que ele enuncia, cai-se no paralelismo convencionalista, que a compreende como um acordo entre as palavras e as coisas. Se, pelo contrário, atendermos à sua coerência, isto é, à sua compatibilização com proposições cuja verdade já foi demonstrada, o discurso científico deverá procurar a verdade na coerência que os enunciados sobre os factos apresentam entre si. No primeiro caso perde-se de vista o seu sentido, que é indecomponível nos seus elementos; no segundo caso, perde-se de vista a relação com os factos. Se a primeira perspetiva, de orientação empirista, toma por modelo o critério de verdade da física, a segunda, de orientação analítica, toma as matemáticas por ideal de verdade.

⁹¹ Delfim Santos, *Situação Valorativa do Positivismo*, em *Obras Completas*, I, p. 62.

⁹² *Ibidem*, p. 63.



Estas duas orientações teóricas, no entanto, ao procurarem definir de forma universal os meios capazes de operar a depuração do conhecimento verdadeiro, parecem sofrer ainda de preocupações metafísicas que tinham decidido eliminar. A pretensão de alcançar um conhecimento verdadeiro constitui um problema herdado da metafísica tradicional, que se manteve suspensa do carácter absoluto e unitário da verdade como idealidade singular a desocultar. Por isso, Reichenbach propôs apagar os vestígios de monismo metafísico de ambas as teorias, compreendendo a verdade em termos de probabilidade. Nem todos os enunciados científicos têm os seus créditos firmados em factos que possam ser objeto de perceção sensível. A biologia e a psicologia admitem enunciados de natureza reflexiva e sem correspondência protocolar. E mesmo os enunciados que formulam a ocorrência de fenómenos que ainda se não observaram, como acontece com as previsões que, cada vez mais, fazem o sucesso e a popularidade da ciência, a sua veracidade não dispõe da garantia dos eventos que ainda não ocorreram.

Deveremos certamente admitir que se a previsão expressa por um enunciado não fosse percebida como verdadeira, o cientista a não teria formulado. As previsões, por exemplo, dum eclipse do Sol ou do estado atmosférico do tempo, feitas cada vez com mais antecedência e precisão pelos astrónomos e meteorologistas, são verdadeiras antes que qualquer processo de verificação possa ocorrer. Elas têm por base, não uma perceção imediata do fenómeno, mas «a mesma probabilidade que as estatísticas afirmam para casos idênticos já anteriormente verificados».⁹³ Para Reichenbach a ciência não se compreende nos termos duma bivalência lógica de verdade e de falsidade, mas no âmbito das possibilidades duma lógica probabilista.

A conceção probabilista de verdade exposta por Reichenbach, embora tivesse correspondido ao propósito de neutralizar influências metafísicas que as conceções empirista e analítica não conseguiram precaver, acabou por comprometer o critério de demarcação entre os enunciados cuja veracidade se pode determinar e os enunciados falsos e sem sentido, que não pertencem ao domínio do conhecimento científico. Delfim Santos reconhece mérito a Reichenbach por ter chamado a atenção para a necessidade de admitir, no conhecimento do mundo físico, outras valências de verdade para além da disjunção que a lógica clássica admitia, mas não acha defensável a proposta de reduzir a noção de verdade a um mero cálculo de probabilidades: «substituir a verdade por 'verdades' é anular a verdade».⁹⁴ Haverá que distinguir entre a orientação ontológica ou metafísica que esta afirmação pressupõe e a perspetiva metodológica de considerar o problema da verdade, que é a que interessa ao domínio da ciência. Neste caso o acesso à verdade faz-se por variados caminhos, em que uns passam pela adequação entre os enunciados e as perceções, outros pela coerência dos

⁹³ *Ibidem*, p. 67.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 69.



www.delfimsantos.org

enunciados entre si, outros pela probabilidade da verificação dos enunciados e outros ainda pela consonância que os enunciados apresentam com as nossas crenças e convicções mais profundas. O processo que conduz ao conhecimento verdadeiro nas matemáticas é diferente do que é utilizado em física, biologia ou psicologia, por exemplo. E mesmo entre estas disciplinas, o critério de verdade não é necessariamente o mesmo em todas elas.

A verdade ou a falsidade não são propriedades das coisas ou dos fenómenos, mas são “qualidades” que os nossos enunciados revestem ao se referirem à realidade, isto é, são «*o sentido ou o significado que real ou simbolicamente lhe emprestamos*».⁹⁵ Constitui tarefa da razão, que se dispõe servir o conhecimento da verdade nas ciências, «*preparar os meios úteis e necessários para que a visão das coisas, como elas são, seja possível*».⁹⁶ Mas este esforço metodológico da razão não tem como referência o que as coisas são na verdade do seu ser, mas os enunciados que proferimos sobre elas. Desta forma, o conhecimento científico, mais do que o problema da verdade ou da falsidade das coisas, preocupa-se antes com a correção ou a inexatidão da expressão dos nossos enunciados. As coisas em si mesmas não são nem verdadeiras nem falsas, só a descrição que delas fazemos ou a determinação das leis que exprimem a sua regularidade é que poderão ser verdadeiras ou falsas. A expressão que poderemos dar da realidade, apesar de ser adequada, pode não traduzir necessariamente toda a sua verdade, pelo que se não poderá com propriedade dizer que o conhecimento se identifica com a verdade. Delfim Santos prefere por isso pensar o conhecimento, não como a expressão da verdade, mas como «*uma conquista ao erro*».⁹⁷

Outro aspeto da crítica de Delfim Santos dirige-se à pretensão do neopositivismo de atribuir à logística a capacidade de exprimir em termos rigorosos todas as formas de relação em que se poderá traduzir o conhecimento da realidade. No entanto, não é legítimo pensar que se possa tomar o “universo” por aquilo que não passa senão duma simples conceção a seu respeito. A lógica simbólica só pode dar expressão ao que na realidade é suscetível de ser traduzido sob a forma de relações. Porém a realidade admite outras formas de identificação, desde a ordenação dos objetos e das qualidades por conjuntos até à ocorrência de séries aleatórias. Além do mais, as relações que a logística considera são esquemas meramente formais ou de dimensões abstratas das coisas. Tal constitui uma simplificação da realidade que é insuficiente para dar origem a um conhecimento do real, que «*é mais do que o abstrato ou o conjunto de abstratos em que metodologicamente é dividido*».⁹⁸ Porque a realidade concreta de que a ciência se ocupa não fica adequadamente representada pelos seus substitutos abstratos, haverá que atender à sua integração, ou seja, confrontar as

⁹⁵ *Ibidem*, p. 71.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 70.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 71.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 78.



abstrações com os seus referentes originais que as corrigem e completam. Sem pretender desvalorizar o contributo da logística para dar expressão a algumas das relações no plano lógico e no plano real, Delfim Santos adverte contra o abuso da generalização excessiva que consiste em tomar como expressão adequada da realidade aquilo que constitui apenas uma forma parcelar de a considerar. Desta forma, a crítica a que submete a utilização da logística como expressão comum de todo o conhecimento científico «*é mais contra o que dela se espera do que contra ela mesma*».⁹⁹ Além disso, a utilização da logística reflete as limitações de que também enferma a lógica clássica relativamente aos propósitos que visam a criatividade ou a descoberta científica, isto é, ambas cumprem fundamentalmente um desígnio meramente demonstrativo de legitimação dos enunciados.

Para além da forma lógica dum enunciado, haverá que atender ao sentido que ele transmite e que não é determinável pela redução a eventuais elementos atômicos, pois o «*sentido não se deixa decompor*».¹⁰⁰ Uma proposição pode dar origem a sentidos diversos pelo que não existe correspondência entre o sentido e a forma que um enunciado reveste. O sentido mostra-se transcendente em relação à forma pelo que nem sempre poderá ser inferido a partir da forma dum enunciado, como o autor exemplifica com a proposição “a cadeira está à direita da mesa”, em que, contrariamente ao que a frase indica, o termo “cadeira” aparece à esquerda do termo “mesa”.

Além disso, um enunciado só poderá encontrar os meios lógicos de verificação do sentido num período posterior, em que se ultrapassaram as limitações e os constrangimentos que anteriormente se verificavam. O sentido dum enunciado não se cristaliza no tempo, mas constitui-se através da história na medida em que esta vai alargando os horizontes culturais e de pensamento de cada um. A evolução da ciência encarrega-se de conferir sentido a enunciados que anteriormente o não possuíam, de destituir de sentido outros que o possuíam, e de retificar ainda enunciados que entretanto ganharam novas dimensões. Desta forma facilmente se compreende ser «*inteiramente impossível numa determinada época afirmar que tal proposição não terá nunca sentido, porque é variável a capacidade de verificação prática e também a capacidade de imaginação das condições lógicas necessárias para dar sentido a uma proposição*».¹⁰¹ O monismo unitarista do neopositivismo, ao tomar por definitivo o que até então é considerado como verdadeiro, mostra-se completamente insensível para com a dimensão histórica do conhecimento científico.

Esta falta de consciência histórica permite compreender a forma sentenciosa como o neopositivismo realiza a triagem entre os enunciados com sentido e os que

⁹⁹ *Ibidem*, p. 80.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 86.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 89.



www.delfimsantos.org

carecem dele, assim como a dificuldade que experimenta para explicar os desmentidos a que posteriormente são submetidas certas proposições cuja verdade se apresentava como definitivamente consolidada pela verificação empírica. O “erro” e a “ilusão” permanecem sempre de forma latente em todos os processos de verificação dum enunciado. A verificação está sujeita a interferências de teor psicológico que podem falsear os seus propósitos, mas está também sujeita aos desmentidos que ulteriores observações poderão provocar. Por conseguinte, a verificação reveste sempre *«um valor relativo suscetível de correção e não pode ser considerado valor irreduzível e absolutamente último, como pretende o positivismo. E se ilusão e erro forem considerados como sempre possíveis, as proposições sem sentido em determinado momento poderão tomar-se posteriormente proposições de sentido bem definido, como a história da ciência nos mostra ter acontecido»*.¹⁰²

Também a opção fiscalista de reduzir a realidade à sua expressão discursiva restringe o domínio da ciência a um sistema de leis e à coordenação lógica dos quadros nocionais e teóricos que permitem explicar e interpretar os fenómenos. Esta orientação perde o seu enraizamento na realidade que, para não dar ocasião a desvios metafísicos, indesejáveis, se reconhece adequadamente traduzida no sistema de leis que a procura explicar. Mais uma vez, o autor denuncia o que supomos ser a derrapagem dogmática do neopositivismo, que, esquecendo a possibilidade de a verificação dum enunciado ser meramente ilusória, não reconhece o papel decisivo da realidade para ultrapassar as dissonâncias que entretanto poderão surgir.

Aliás, é também por interferência da realidade enquanto algo de irreduzível à expressão discursiva que possamos formular, que podemos compreender por exemplo por que razão para explicar um mesmo fenómeno optamos por uma teoria entre duas igualmente bem constituídas logicamente. A história da ciência tem-se mostrado em consonância com esta perspetiva: *«O progresso das formas de conhecimento é marcado pela integração de novos elementos de descobertas que até aí eram considerados como inexistentes. A realidade é um produto de descoberta e não um registo de dados. Só nos é dado aquilo que nós temos capacidade de receber, mas todo o esforço da ciência pode exprimir-se como sendo conquista do que não é dado, conquista de elementos para os quais nos faltam totalmente órgãos sensoriais de registo que o dado, para ser admitido como tal, sempre requer. Positivismo é descrença do novo ou elevação do novo a definitivo e imutável, mas ciência é no seu efetivo decurso talvez o contrário de tudo isso»*.¹⁰³

As pretensões do neopositivismo de justificar a atividade objetivadora da razão pela verificação dos dados dos sentidos enfrentam um círculo vicioso iniludível nos apelos feitos à razão e à sensibilidade. Com efeito, se os enunciados que a razão elabora carecem de verificação da experiência, que os pode corrigir e até falsificar, por

¹⁰² *Ibidem*, p. 90.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 92.



www.delfimsantos.org

sua vez os dados dos sentidos carecem de ser reconstruídos por meio da ação coordenadora da razão, já que a realidade só se nos torna acessível para além do embate da aparência das primeiras impressões. Porque os sentidos não têm a capacidade de discernir entre o que é real e o que é aparente, será a razão a fazer esta distinção. Mas os enunciados da razão sobre o mundo exterior só têm sentido quando são verificados pela realidade que é percebida pelos sentidos. Como sair deste círculo, pergunta o autor, em que «*os dados dos sentidos devem ser corrigidos pela razão, e a razão, por sua vez, deve ser corrigida pelos dados dos sentidos*»?¹⁰⁴

O conhecimento humano oscila entre duas regiões-limite que permanentemente se retraem às suas incessantes aproximações. Dum lado, as sensações, ou o ato de sentir, remetem-nos para a realidade em si do que é sentido (*sensum*), do outro lado, a atividade da razão orienta-nos na direção dum ideal em si, de que as idealidades matemáticas são exemplo. O conhecimento humano distende-se entre “esses dois estranhos mundos” que marcam as fronteiras do seu terreno, ou seja, «*o extremo máximo do que o homem é capaz no sentido da sensibilidade e no sentido do entendimento*». ¹⁰⁵ É neste cenário que o autor apresenta a sua distinção entre ideia, conceito e imagem, apoiando-se num texto de Locke segundo o qual as ideias propriamente ditas são “as que o espírito encontra dentro de si mesmo”, os conceitos são produto da sua atividade criativa — “aqueles que o espírito mesmo cria” — e, finalmente, as imagens, “que ele recebe de fora”.¹⁰⁶

Para o neopositivismo, onde o *a priori* não constitui fonte de sentido da realidade, as ideias estão identificadas aos conceitos que o espírito elabora a partir das sensações. É a verificação experimental que torna inteligíveis as construções da razão, sendo a redução aos dados da percepção que garante a comprovação da racionalidade dum enunciado discursivo, ou seja, que assegura a sua explicação. O autor procura mostrar a inconsequência desta visão reducionista que identifica explicação a comprovação experimental, chamando a atenção para o caráter vicioso desta conceção em que a consistência de cada um dos polos da relação depende do apoio que o outro polo lhe concede. Com efeito, argumenta Delfim Santos, a explicação só tem lugar quando não é possível fazer coincidir um enunciado com a realidade que ele descreve. Havendo coincidência, não se experimenta a necessidade de proceder a qualquer tipo de explicação já que esta só tem em vista dissolver a obscuridade que as situações aparentam, ao não serem identificadas por nenhuma das categorias que a razão domina. A explicação responde, assim, à preocupação de dominar as coisas de que se depende por intermédio de artifícios que estabeleçam a homologia entre a

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 162.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 163.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 164.



www.delfimsantos.org

realidade e o pensamento, ou seja, que, em última análise, procurem viabilizar «a descrição de aspetos reais indescritíveis»,¹⁰⁷ que se procura a todo o custo compreender.

Como Delfim Santos mais tarde escreveu, o conhecimento constitui uma forma astuciosa de o homem dominar o mundo por meio duma diversidade de instrumentos, tais como, «*símbolos, conceitos, imagens, etc., com os quais se propõe penetrá-lo racionalmente até ao mais abscondito*».¹⁰⁸ Como acontece na explicação científica, este esforço de integrar o mundo nas nossas categorias de pensamento corresponde ao empenho, mais ou menos consistente do espírito humano, de procurar ordenar a natureza, ou através da lei que une os diferentes momentos da série dos fenómenos, ou por meio da identificação, quer das consequências, a partir do conhecimento dos seus antecedentes, quer dos antecedentes, a partir do conhecimento dos seus efeitos. Este é o procedimento que corresponde aos casos em que apenas um dos extremos da série dos fenómenos é conhecido, as causas ou os efeitos, conforme sejam tomados ou como antecedentes ou como consequentes da série. No primeiro caso pretende-se conhecer os estados consequentes a partir do extremo conhecido da série, que é o termo antecedente; no segundo caso, procura-se determinar os princípios ou condições da série de fenómenos que diretamente se conhecem. Ao contrário do esquema anterior, que procede do conhecimento da causa para o efeito, neste último caso procura-se a causa a partir dos efeitos. É um processo regressivo e de natureza hipotética, já que o termo desconhecido (a causa) se situa, na série temporal, antes dos termos conhecidos (os efeitos). No entanto, este tipo de explicação causal permanecerá sempre como uma hipótese, uma vez que o fluxo temporal dos acontecimentos em que a causa teria ocorrido é irreversível. Esta forma de explicação, que parte do conhecido para o desconhecido, ao fazer apelo a um princípio explicativo situado fora do tempo acaba por se tornar inverificável, caindo por isso fora dos padrões canónicos do neopositivismo. Trata-se pois dum tipo de explicação causal de teor metafísico, assente num termo que é irreal por ser heterogéneo com aqueles de que se tem conhecimento direto.

A explicação racional do mundo compreende-se, assim, a partir de «*artifícios de explicabilidade talvez úteis e também algumas vezes inúteis mas que, de certo modo, ou servem para a compreensão das coisas ou servem para a satisfação da necessidade de criação que impele o homem*».¹⁰⁹ O conhecimento não se limita a refletir a sucessão dos acontecimentos que fazem parte da experiência de vida de cada sujeito, mas integra-a numa ordem, que lhe confere unidade e sentido, sem o que tudo se tornaria incompreensível ou inexplicável. A explicação causal cumpre este desígnio que a atividade científica desenvolve de forma criteriosa. Mas o esforço explicativo dos fenómenos que o homem procura levar a cabo pode tomar o rumo do que o autor

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 165.

¹⁰⁸ *Idem*, Conhecimento e Realidade, *ibidem*, p. 285.

¹⁰⁹ *Idem*, Situação Valorativa do Positivismo, *ibidem*, p. 169.



www.delfimsantos.org

designa uma “ontologia do imaginário”, que corresponde à tendência muito enraizada no pensamento humano de se deixar seduzir por ficções que imagina, sem ter por base o conhecimento das situações que procura compreender.

Em qualquer dos casos, ao nível da ciência e da metafísica, como também da ficção poética, da criação plástica, etc., a compreensão dos acontecimentos aparece suspensa de “ferramentas” ou de “instrumentos” que a astúcia humana forja e que revestem a forma de ideias, conceitos e imagens, mas também de princípios, causas, leis, modelos, etc. Certamente que todos esses elementos são peças importantes da compreensão dos acontecimentos, mas não deixarão de continuar a ser simples “instrumentos” de interpretação. Desta forma, tomar o domínio da representação como expressão duma realidade que os conceitos ou imagens não possuem, equivale a uma decisão arbitrária que pode conduzir ao despiste do pensamento. O neopositivismo, ao relegar para o domínio duma especulação metafísica desprovida de sentido qualquer consideração acerca da realidade em si do universo, circunscreveu a sua análise ao domínio que a discursividade linguística é capaz de exprimir, apoiando-se assim na visão proposta por Wittgenstein de que a linguagem é o limite do mundo. Daqui deriva a hipervalorização concedida à estrutura formal do discurso como base comum da unificação do saber, e a ideia de que o universo pode ser reconstruído a partir de elementos últimos, o que poderá ter sentido aos níveis do funcionamento orgânico e da explicação mecânica dos fenómenos do mundo físico, mas não poderá extravasar estas regiões.

Daqui decorre a ausência de critério que estabeleça para a análise lógica do discurso o seu limite de clarificação. Ou seja, como o autor interroga: «*Quais os elementos lógicos que dão à análise a segura garantia que a sua missão terminou?*»¹¹⁰ Se não é a realidade do mundo exterior, que a análise positivista desativou, serão então os elementos que a própria análise lógica propõe como limite, isto é, as suas estruturas nocionais e formais. Desta forma, os termos últimos de compreensão do mundo não deixam de constituir uma tomada de decisão arbitrária, mas que condiciona toda a atividade cognoscitiva que nela se apoia.

O projeto neopositivista duma conceção científica do mundo a partir de fundamentos racionais que asseguram a sua objetivação mostra assim a sua inevitável vulnerabilidade. É que a base do processo de objetivação em que o neopositivismo se apoia condiciona irremediavelmente os seus resultados, pois o esforço de objetivação da realidade é incomensurável com o domínio que o conhecimento pretende objetivar. Os princípios do conhecimento não são coincidentes com os princípios do ser, ou seja, a ordem lógica não abrange integralmente a ordem real da existência: «*Há sempre qualquer coisa que em cada época está para além do objetivo (e objetivo significa objetivado ou tornado objeto pelo pensamento), isto é, para além daquilo que o pensamento*

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 179.



www.delfimsantos.org

*pode objetivar. E o progresso epocal do conhecimento consiste em identificar objetivado com realidade, o que por sua vez será descoberto e emprestará uma nova tonalidade na posição científica da época que o descobriu e denunciou o ilegítimo da identificação».*¹¹¹

O pensamento cria o seu objeto em função dos quadros de significação que dispõe, pelo que não será possível reduzir a realidade ao que o pensamento consegue objetivar. A realidade inclui também o transobjetivo, como Delfim Santos desenvolveu em obras posteriores. Por isso, conclui, é uma generalização abusiva a ideia defendida pelo neopositivismo de tomar por realidade o “ponto de vista” que numa época constitui a expressão que o conhecimento científico logrou alcançar.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 180.